NOTA À IMPRENSA

NOSSA LUTA PELO RECONHECIMENTO DAS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL DE TUPANCIRETÃ

MOVIMENTO SOMOS TODAS PROFESSORAS

> Nós, profissionais da Educação Infantil de Tupanciretã/RS, integrantes do movimento Somos Todas Professoras, viemos a público apresentar à comunidade a trajetória de nossa luta pelo reconhecimento profissional e pelo cumprimento dos nossos direitos. Não é uma luta recente, não é uma reivindicação por privilégios e muito menos um pedido de favor. É uma luta por reconhecimento de uma história de trabalho, dedicação e responsabilidade com a educação das crianças do nosso município.

1. UMA HISTÓRIA DE MAIS DE 30 ANOS

Durante mais de 30 anos, auxiliares de creche e monitoras desempenharam diretamente o trabalho com as crianças da Educação Infantil de Tupanciretã. Até aproximadamente dois anos atrás, éramos nós que assumíamos a responsabilidade pelas turmas, exercendo na prática a função de professoras responsáveis, mesmo tendo ingressado por concurso cujo edital exigia Ensino Fundamental.

Durante décadas, estivemos à frente das salas, desenvolvendo atividades pedagógicas, acompanhando o desenvolvimento das crianças, organizando rotinas, realizando atividades educativas e assumindo turmas quando necessário. Somente mais recentemente foram colocadas professoras em todas as salas.

E hoje fica uma pergunta que precisa ser respondida: Se o edital do concurso sempre foi o mesmo, como durante mais de 30 anos fomos colocadas como responsáveis pelas turmas e exercemos esse trabalho, mas agora o mesmo edital é utilizado como argumento para negar nosso reconhecimento? Nossa história profissional não pode ser apagada.

2. O INÍCIO DA MOBILIZAÇÃO – JANEIRO DE 2026

Em janeiro de 2026, começamos a nos organizar e buscar informações sobre nossos direitos, especialmente diante da Lei Federal nº 15.326/2026, que trata do reconhecimento dos profissionais da Educação Infantil na carreira do magistério, observados os requisitos legais. A partir daí, surgiu o movimento Somos Todas Professoras, reunindo aproximadamente 22 profissionais, entre auxiliares e monitoras. Passamos a buscar diálogo, orientação jurídica, apoio institucional e providências da Administração Municipal.

3. OS REQUERIMENTOS E A BUSCA POR RESPOSTAS

No dia 26 de janeiro de 2026, foi protocolado o requerimento nº 358/2026, solicitando a análise da nossa situação funcional e do nosso direito ao enquadramento. Ao longo dos meses, buscamos respostas junto à Prefeitura, à Câmara de Vereadores, ao Conselho Municipal de Educação, ao Tribunal de Contas e aos órgãos de controle. Apresentamos nossa formação em Pedagogia, nosso tempo de serviço, nossa experiência e as atividades efetivamente desenvolvidas em sala de aula, amparadas por registros, certificados e documentos.

4. A LEI MUNICIPAL Nº 5.226/2026

A luta também chegou ao Poder Legislativo. O Projeto de Lei Legislativo nº 20/2026 foi apresentado e aprovado por unanimidade pelos vereadores. Posteriormente, o prefeito apresentou o veto total nº 04/2026, utilizando argumentos jurídicos e administrativos para justificar sua posição. No dia 31 de agosto de 2026, a Câmara de Vereadores rejeitou o veto por unanimidade. Assim, foi promulgada a Lei Municipal nº 5.226/2026, datada de 28 de setembro de 2026, que inclui os cargos de Monitor de Educação Infantil e Auxiliar de Educação Infantil no Plano de Carreira do Magistério Público Municipal. A Câmara também providenciou a publicação da norma no Diário Oficial.

5. A PREFEITURA CONTINUA SEM RESOLVER NOSSA SITUAÇÃO

Mesmo depois de toda essa caminhada, continuamos aguardando providências concretas. A Administração Municipal tem apresentado questionamentos sobre a aplicação da legislação, mencionando a necessidade de concurso específico e outros argumentos jurídicos, informando que a questão seria encaminhada ao Ministério Público do Rio Grande do Sul.

O protocolo nº 4.936/2026 teve informação de encaminhamento ao MP após a publicação da lei. O requerimento nº 5.106/2026, apresentado em outubro, também busca providências relacionadas à Lei Municipal nº 5.226/2026. Em 27 de outubro, o despacho nº 20, referente ao processo nº 1.357/2026, indicava a situação como "Em tramitação interna". Mais recentemente, recebemos a informação de que nossos requerimentos foram encaminhados ao Ministério Público em Santa Maria. Respeitamos a atuação dos órgãos de controle e aguardamos suas análises, mas precisamos de respostas claras.

6. UM FATO QUE CAUSOU INDIGNAÇÃO

Recently, algumas integrantes do movimento foram liberadas pelos diretores de suas escolas para participar de uma sessão da Câmara de Vereadores sobre nossa reivindicação. Entretanto, ao consultar os contracheques, algumas servidoras encontraram dois registros de faltas injustificadas e descontos salariais referentes àquele período. Queremos esclarecimentos sobre os motivos desses registros, especialmente porque as profissionais relatam que haviam sido liberadas pela direção das escolas.

7. O QUE ESTAMOS PEDINDO?

- Reconhecimento da nossa história e da nossa atuação na Educação Infantil.
- Análise individual da formação, do concurso, do tempo de serviço e das atribuições efetivamente exercidas.
- Cumprimento da legislação federal e municipal, observados os requisitos legais.
- Providências concretas da Administração Municipal e respostas transparentes aos requerimentos.
- Respeito às profissionais que dedicaram décadas de suas vidas à educação das crianças de Tupanciretã.

8. NOSSA PERGUNTA À COMUNIDADE E À ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Como pode uma profissional passar mais de 30 anos trabalhando diretamente com crianças, assumindo turmas e responsabilidades pedagógicas, e agora ouvir que não tem direito por causa do edital do concurso? Por que uma lei aprovada por unanimidade na Câmara, após a rejeição unânime do veto, ainda não resultou em uma solução concreta? Até quando teremos que esperar?

NOSSA LUTA NÃO VAI PARAR!

MOVIMENTO SOMOS TODAS PROFESSORAS

Tupanciretã/RS — Mais de 30 anos de história não podem ser apagados.